



**RELATÓRIO FINAL DO VII CONGRESSO ORDINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS SERVIDORES
DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E DO PECMA
(ACADEBio – Floresta Nacional Ipanema)**

MAIO – 2014

Ocorreu, entre os dias 13 e 16 de maio de 2014, na Acadebio (Floresta Nacional Ipanema), o VII Congresso Ordinário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma, doravante denominado de VI Congresso.

PARTICIPANTES DO VII CONGRESSO

Asibama Nacional	Diretoria Executiva	Ana Maria Evaristo Cruz Maria Goretti de Melo Pinto Érico Grassi Cademartori Luiz Carlos Del Castilo Raiol Carlos Eduardo Martins Silva Nicélio Silva Paulo Marinari Rodrigues Emerson Luiz Nunes Aguiar Vera Élen Freitas	Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva Diretoria Executiva	Ibama ICMBio MMA Ibama Ibama Ibama Ibama Ibama ICMBio ICMBio
	Conselho Fiscal	Lindalva Ferreira Cavalcanti Francisco Missias da C. Lopes	Conselho Fiscal Conselho Fiscal	Ibama
Apoio/Convidados	Asibama Nacional	Yorrana Moraes Philip Fearnside Diego Vega Posebon	Apoio / AsiNacional Convidado Advogado	Apoio-Asibama Nacional Palestrante Adv-Asibama Nacional
	Condsef	Rogério Antônio Expedito	Convidado	Convidado
Asibama – Acre		Damião de Souza Leite Fernando França Maia Anderson Peixoto Amparo	Delegado Observador Delegado	Ibama ICMBio Ibama
Asibama – Amapá		José Carlos Correa de Carvalho Mirella Vasconcelos Cavalcanti Luiz Carlos Del Castilo Raiol	Delegado Delegada Delegado	Ibama Ibama Ibama
Asibama – Amazonas		Ricardo Sampaio Diogo Faria	Suplente/Observador Delegado	ICMBio Ibama
Asibama – Bahia		Washington Dias e Silva Marco Antônio Gama de Albuquerque	Delegado Delegada	Ibama Ibama
Asibama – Ceará		Francisco José Sales de Alencar Rômulo George de Sales e Silveira	Delegado Delegado	Ibama Ibama
Asibama – Distrito Federal		Vitor Sarno Ariana Arimura Rogério Eliseu Egewarth Fernanda Pieruzzi	Delegado Delegada Delegado Delegada	avião Ibama ICMBio SFB / MMA
Asemma – Distrito Federal (MMA)		Érico Grassi Cademartori Lúcio Costa Proença Luciane Lourenço Paixão Guilherme Aranha	Delegado Delegado Delegada Delegado	MMA MMA MMA MMA

Asibama – Espírito Santo	William Matos José Geraldo Brandão	Delegado Delegado	ICMBio Ibama
Asibama – Goiás	Ana Carolina Bonifácio da Silva Maria Félix Araújo	Delegada Delegada	Ibama ICMBio
Asibama – Mato Grosso do Sul	Jurandir de Freitas	Delegado	Ibama (aposentado)
Asibama - Minas Gerais	Ivone Maria Carvalho Rocha Ronivaldo Lopes de Oliveira	Delegada Delegado	Ibama Ibama
Asibama – Pará	Paulo da Costa Maues Filho	Delegado	Ibama
Aema – Pernambuco	Mariana Abreu Momesso	Delegada	Ibama
Asibama – Piauí	Dhyonny Porto Pinheiro Sônia Maria Carvalho Costa Élcio Paulo da Rocha	Delegado Delegada Delegado	Ibama Ibama ICMBio
Asibama – Rio de Janeiro	Eduardo Nuber André Favaretto Barbosa Carlos Eduardo Martins Silva Maria Cândida da Silva	Delegado Delegada Delegado Delegada	Ibama Ibama Ibama ICMBio
Asibama – Rio Grande do Sul	Lisandro Márcio Signori	Delegado	ICMBio
Asibama – Rondônia	Luiz Nogueira de Sousa Filho Emerson Luiz Nunes Aguiar	Delegado Delegado	Ibama Ibama
Assema – Roraima	Rodrigo Baldin Fernandes	Delegado	Ibama
Asibama – São Paulo (Cepta)	Margarida Sturaro Miguel Bernadino Vera Élen Freitas Cláudio Rodrigues Fabi Marli Penteado	Delegado Delegado Delegada Delegado Delegada	Ibama Ibama ICMBio ICMBio ICMBio
Asibama – Tocantins	André Ferreira de Ávila	Delegado	Ibama

Total de Diretores: 9 (5 são delegados Natos (eleitos))
Total de Delegados: 44 (5 são diretores)
Total Conselho Fiscal: 2
Total Convidados: 2
Total Apoio/Advogado: 2
Total Observadores: 2
Total Geral: 56

13/05/2014 (TERÇA-FEIRA)

1 Credenciamento

O credenciamento dos participantes do VII Congresso foi iniciado às 17h40 do dia 13 de maio de 2014.

2 Mesa de Abertura do VII Congresso

A Mesa do VII Congresso foi aberta às 21h45 pelo Coordenador da Acadebio, Ricardo Brochado, pelo Chefe da Flona de Ipanema, Alexandre Cordeiro; e pela Presidente da Asibama Nacional, Ana Maria Cruz.

3 Votação do regimento interno do VII Congresso e outros encaminhamentos

Após a Mesa de Abertura, a Plenária aprovou, com algumas alterações na versão apresentada pela Diretoria Executiva da Asibama Nacional, o REGIMENTO INTERNO.

Os trabalhos do dia foram encerrados às 22h40.

4 Coquetel de abertura

O primeiro dia do VII Congresso foi encerrado com um coquetel de abertura, na Casa de Convivência da Acadebio.

14/05/2014 (QUARTA-FEIRA)

5 Mesa de conjuntura

Foi exibido o vídeo “O Veneno Está na mesa II”, de Sílvio Tendler. Em seguida, o Dr. Philip Fearnside ministrou a palestra “Desenvolvimentismo e Meio Ambiente” e abriu-se a plenária para discussões em torno das apresentações.

6 Nomeação da Comissão Eleitoral

A Diretoria Executiva apresentou para a plenária apreciar a Comissão Eleitoral com a seguinte composição:

ARIANA IOCHIE MORAES ARIMURA – Presidente

ANDRÉ FAVARETTO BARBOSA – Membro

RODRIGO BALDIN FERNANDES – Membro

A Comissão Eleitoral foi aprovada por unanimidade.

Anexo a este, segue o Regimento Eleitoral, bem como os demais documentos que nortearam a eleição da Diretoria Executiva da entidade para o triênio 2014-2017.

7 Informes das entidades

Entre 15h e 17h as entidades expuseram seus informes locais. Segue, abaixo, a transcrição dos informes que foram disponibilizados aos relatores do VII Congresso por escrito pelos delegados que representaram suas entidades.

REGIÃO SUDESTE

7.1 Informes Asibama/ES

- Dificuldades com escassez de servidores devido a grande quantidade de aposentadorias acontecidas recentemente e que ocorrerão nos próximos anos. Solicitamos empenho da Asibama Nacional para que acompanhe de perto o concurso já aprovado no congresso para os 1.000 novos analistas.

- A assembleia da Asibama – ES ocorrida em Vitória – ES aponta que há necessidade de que todas diretorias do Ibama realizem programações anuais para dinamização dos trabalhos tal qual já ocorre com a DIPRO.

- Sugerimos que a Asibama Nacional realize mensalmente uma videoconferência através do sistema institucional do Ibama para divulgação de atividades e trocas de experiências.

- A Asibama – ES questiona sobre os reiterados “boatos” da criação de uma agência ambiental em substituição ao atual Ibama.

- Lembra da necessidade da criação de um banco de dados unificado de ações jurídicas demandadas pela Asibama Nacional, do DF e também de todas as demais Asibamas.

7.2 Informes Asibama/RJ

Os servidores da carreira reunidos em assembleia no dia 12 de maio de 2014 deliberaram por trazer os seguintes pontos ao VII Congresso Ordinário da Asibama Nacional:

Sugerir a aproximação com outras categorias do serviço público federal como medida para aumentar a mobilização dos servidores da carreira;

Solicitar a abertura de discussão para fortalecer, política, financeira e institucionalmente, a Asibama Nacional;

Não há oposição quanto a alteração do nome e sigla da Asibama Nacional, porém sugere-se que esta seja encaminhada em regime de votação com as propostas já encaminhadas pelas bases de forma resguardar maior tempo de discussão para questões de maior relevância;

Denunciar a atitude da Superintendente do Estado do Rio de Janeiro e de sua Chefe da DIAF de constantemente dificultar as atividades e atuação da Asibama/RJ, disponibilizando sala com tamanho e condições inadequadas à Associação, desequipando as Copas dos andares do prédio sem oferecer espaço para descanso aos servidores, dificultando a liberação de espaço e a participação dos servidores nas assembleias, etc..

Informar quanto aos recorrentes problemas nas prestações de serviços como a falta de limpeza e materiais de consumo e higiene (água, papel higiênico, sabão, etc.) no prédio da Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro, submetendo os servidores a condições precárias de trabalho;

Denunciar a tendência de centralização excessiva nas tomadas de decisão pelas chefias dos órgãos ambientais federais, engessando servidores, esvaziando atribuições e com prejuízo aos processos democráticos e dialógicos, em especial na reestruturação verticalizada dos órgãos e na discussão dos empreendimentos submetidos ao Licenciamento Ambiental Federal;

Apoiar o Documento de denúncia elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisa, Manejo e Conservação de Mamíferos Aquáticos – CMA/ICMBio, aprovado previamente em assembleia da Asibama-RJ, contra o fechamento e reestruturação deste Centro sem diálogo com os servidores e sem planejamento quanto às ações prioritárias desenvolvidas. O documento do CMA foi apresentado à plenária pela representação da associação do estado de Pernambuco.

REGIÃO NORDESTE

7.3 Aema/PE

Como desdobramento da assembleia da Associação de Especialistas em Meio Ambiente de Pernambuco – AEMA/PE, realizada no dia 05/05/2014 no Ibama/PE, que elegeu uma delegada para participar do VII Congresso da Asibama Nacional, foi realizada no dia 08/05/2014 uma reunião que contou com a participação de servidores do Ibama e do ICMBio de Pernambuco. Na ocasião, foram elencados temas de preocupação dos servidores e indicadas propostas a serem apresentadas no VII Congresso da Asibama Nacional.

Como produto das discussões relacionadas à carreira e à gestão das instituições Ibama e ICMBio foram destacadas as seguintes questões:

Informar o grau de desmobilização dos servidores em Pernambuco;

Necessidade de discutir o sucateamento das Superintendências dos Estados, com maciços pedidos de aposentadoria sem reposição dos quadros de trabalho, transferência das competências do Ibama para os órgãos estaduais, que também não possuem estrutura para realização dos trabalhos, e falta de transparência quanto a existência de projetos de reorganização do Ibama em face deste contexto, justificando a necessidade de discussão dos servidores sobre os rumos do Ibama e participação da Asibama no processo de reorganização do órgão;

Ineficiência do modelo de gestão implantado no ICMBio, cujas regionais são incapazes de efetuar concretamente a gestão das UCs, dada a falta de pessoal, estrutura e de recursos financeiros; a organização em regionais atualmente existentes não permite suprir as necessidades administrativas básicas ao funcionamento das Unidades de Conservação e Centros Especializados;

Necessidade de padronização de procedimento interno da gestão do ICMBio no que tange ao repasse e comunicação das demandas oriundas do Ibama aos analistas ambientais do ICMBio em processos que demandam diálogo entre os órgãos, como os de licenciamento ambiental; a falta de definição de procedimentos tem resultado em ausências ou atrasos nas manifestações técnicas do ICMBio nestes processos, descaso com a produção intelectual dos servidores do ICMBio e prejuízos ao meio ambiente;

Falta de transparência nos procedimentos relativos ao fechamento do CMA de Itamaracá, com exclusão da participação dos funcionários deste processo (ler carta do ICMBio);

Defender a adoção da sigla AEMA para renomear as Associações Estaduais e a Associação Nacional dos Servidores Federais da Carreira de Especialista em Meio Ambiente;

Discutir a necessidade da implantação de procedimento para efetuar o desconto da contribuição dos associados da AEMA-PE em folha; necessidade de fortalecimento da associação;

Necessidade de busca por soluções quanto à regularização de uso de espaços ocupados por Associações de Servidores em edificações do Ibama, objetivando a reinstalação de escritório da AEMA na Supes-PE;

Manifestação de preocupação com a corrente justificativa da existência de passivo no Ibama como meio de barrar mudanças e conquistas para os servidores;

Necessidade de empenho do Ibama na busca por opções viáveis de convênios médicos que atendam os servidores em todos os Estados do país uma vez que o último reajuste da GEAP levou-o a preço de mercado, inviabilizando financeiramente a permanência dos servidores aliado às incertezas quanto à permanência do convênio do GEAP após o ano de 2017. Os demais planos oferecidos pelo IBAMA (Amil e Unimed) também estão com preços de mercado.

Cobrar a definição de uma data-base para negociações de reajuste salarial da carreira;

Importância de criação de uma Escola Nacional de Meio Ambiente com cursos voltados aos interesses da carreira;

Necessidade de retomada de convênios com universidades locais para garantir vagas para qualificação de servidores na realização de cursos de mestrado e doutorado;

Capacitação dos servidores para as atividades de gestão dos órgãos ambientais, com definição de critérios para ocupação de cargos e funções baseados na gestão de competências;

Definição de critérios claros, objetivos e universais na implantação de políticas de capacitação do Ibama, como liberação para realização de cursos, prolingue do Ibama, etc, garantindo a formação dos servidores;

Construção e implantação de Programa de Capacitação de forma participativa, contemplando todas as unidades que compõem a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, ou seja, Sede e Estados;

Cobrança de critérios objetivos de redistribuição que permitam maior mobilidade entre os órgãos integrantes da carreira (MMA e SFB, IBAMA, ICMbio), e remoção dentro do órgão, com instituição de concursos periódicos e a criação de Comitês de Remoção, com participação dos servidores da carreira;

Criação da GQ III para os servidores com títulos de Doutor

Cálculo da Gratificação de Qualificação em percentual e não valores nominais para garantir o poder aquisitivo do servidor;

Cálculo da GDAEM na aposentadoria em percentual e não em valores nominais, como atualmente ocorre, levando o servidor aposentado a reduzir seu salário a cada dia.

Incorporação integral da GDAEM ao vencimento básico dos servidores da ativa e aposentados;

Reforçar a necessidade da implantação da gratificação de difícil acesso;

Ampliação dos níveis de escala de progressão na carreira, como forma de incentivo à permanência na carreira;

REGIÃO CENTRO-OESTE

7.4 Informes Asibama/DF

- Mobilização fraca atualmente, exceção foi a situação da progressão/promoção em 2013 (participação em massa dos novos servidores).
- Melhorias na comunicação com os servidores, Campanha de filiação: grande número de novos associados (servidores novos e antigos, que nunca tinham se filiado ou que em algum momento se desfiliam).
- Demandou-se muito tempo para tratar de assuntos de ordem administrativa e financeira (passivos

trabalhistas e redução de receitas extraordinárias). Efetuaram-se cortes, redução e otimização de gastos comprometendo um pouco o apoio à Asibama Nacional nos Gts.

- GT de Carreira: foram retirados os nomes.
- Cessão de uso área de lazer Asibama-DF. Sequência de tratativas com Presidência e Diplan e com o Ministério do Meio Ambiente. Encerramento de atividades de salão e lava-jato. Presidente do IBAMA afirmou em reunião que a solução adotada para a ASIBAMA-DF será modelo para ser seguido nos estados. Necessidade do tema “cessão de uso” da área de lazer da ASIBAMA-DF ser tratado, como uma luta política de toda a carreira.
- Integração com a ASSEMA: eventos em conjunto, reuniões periódicas (mensais), será analisada a reestruturação estatutária da ASIBAMA-DF e possibilidade de fusão.
- Maior presença no ICMBio: Atividades, assembleias, feira de orgânicos, apoio à mobilização chuva de memos, estrutura para atendimento da Asibama-DF na sede do ICMBio.
- SFB conversado sobre sala para Asibama-DF na nova sede. Sinalizado positivamente.
- Relação com os dirigentes do ICMBio e SFB boa. Problemas maiores com a direção do IBAMA.
- Alerta sobre o artigo 6º do Decreto sobre progressão/promoção, vai contra a Lei 8.112.

7.5 Informes Assemma

- Uma das principais ações dessa gestão foi a busca de um debate político mais amplo entre os servidores e isso tem sido promovido. Sugere-se que também haja debates políticos entre as entidades e a ASIBAMA NACIONAL com mais frequência.

A ASSEMMA também lida com problemas de mobilização. Promovemos, para melhorar a mobilização dos servidores, encontros e debates. Em outubro de 2013, foi realizado o 3º Encontro dos Servidores com movimentos sociais, quando debatemos temas importantes com o MST, Movimento Passe Livre, Movimento dos Catadores (MNCR) e Movimento dos Povos Tradicionais (CNS). Os relatórios dos Encontros dos Servidores estão disponibilizados no site da ASSEMMA (www.assemma.org.br).

-A ASSEMMA se posicionou contrária à mobilização pela publicação do Decreto que regulamentava as progressões dos servidores da CEMA, no final de 2013, sem qualquer discussão prévia com os servidores e desconhecendo seu real teor. Consideramos que o congelamento das progressões foi uma retirada de direitos, além de não ter sustentação jurídica, conforme argumentação protocolada pela Assemma junto ao MMA. Como resultado, o decreto foi publicado com algumas surpresas prejudiciais aos servidores, como o congelamento das progressões e promoções para servidores em licença de capacitação.

- Uma das maiores dificuldades da ASSEMMA é a inadimplência (60 servidores de um total de 160). Trouxemos uma proposta para arrecadação com desconto em folha pela Asibama Nacional. Ainda relacionado a essa questão, de forma paliativa foi implementada a opção de arrecadação anual aos associados da Assemma, com adesão de 1/3 dos associados e com apenas 1 associado inadimplente no primeiro ciclo de cobrança.

- A ASSEMMA e a ASIBAMA-DF tem promovido um processo de integração e debate conjunto das pautas dos servidores em Brasília, com resultados muito positivos para ambos os lados.

- A ASSEMMA atuou fortemente nas mobilizações de junho de 2013, em especial nas mobilizações de Brasília, debatendo a interface das questões ambientais nas pautas de lutas e reivindicações que surgiram naquele momento.

7.6 Informes do Sintfama

O Sindicato dos Trabalhadores Federais da Área de Meio Ambiente (Sintfama-MT) nesta última gestão, tem conseguido aumentar os filiados, tanto do Ibama quanto ICMBio, lotados em Mato Grosso. A gestão iniciou animada e até levou para o Congresso no RJ 8 delegados eleitos, entretanto, quanto voltou e

entrou em greve, acompanhando orientação do Congresso, acabou sendo o único estado que paralisou. Tal fato resultou na perda da sala que era disponibilizada para o Sindicato atender seus filiados dentro da Supes. Com isso a entidade voltou-se para organização interna de sua sede, vizinha ao Ibama, e atividades mais locais.

A assembléia que estava marcada para a semana anterior, para eleição de delegados, acabou não sendo realizada. Entretanto, na assembléia anterior, entendeu-se que a mudança do nome da Asibama Nacional é uma necessidade para evitar a confusão que existe hoje entre Asibama/DF e Asibama Nacional, além de que o nome deve representar a União das Entidades de servidores da área do Meio Ambiente de todo país. Mas não é apenas a mudança do nome, é preciso repensar nossa estrutura representativa, para fortalecer a entidade nacional e criar/fortalecer entidades regionais que atendam os servidores de todos os estados.

REGIÃO NORTE

7.7 Informes Asibama/AC

Nova diretoria para o biênio 2013/2015 com a proposta de fortalecer a participação paritária entre os servidores do Ibama e do ICMBio, contemplando as reivindicações e anseios dos dois grupos de forma igualitária.

Os dois institutos em momentos de dificuldades onde elencamos alguns destaques: ICMBio (corte orçamentário, encerramento de contratos, falta de servidores, estrutura física em péssimas condições); IBAMA (utilização indevida do sispono, desestímulo dos servidores, inoperância do órgão a nível estadual, estrutura física da Supes em péssimas condições).

Apontamentos dos servidores como assuntos a serem discutidos no Congresso Nacional da ASIBAMA:

Fortalecimento e efetividade dos grupos temáticos (Carreira, Energia, etc);

Necessidade de uma articulação a nível estadual com parlamentares que possam contribuir para a questão ambiental e para a carreira;

Articulação conjunta entre os Estados e a Asibama Nacional em relação aos momentos de lutas realizados pelos servidores, diminuindo a demanda da Nacional;

A possibilidade da transformação do IBAMA em Agência;

A efetividade do decreto que impede a progressão por parte dos servidores afastados;

Como aumentar o envolvimento e a participação dos servidores do interior;

Pressionar o governo federal para a realização de concursos para analistas ambientais, pois o último ocorreu em 2009, edital 2008;

Necessidade urgente de capacitação dos técnicos e analistas administrativos que entraram na instituição recentemente.

8 Término do Credenciamento

O credenciamento dos delegados foi encerrado as 17h.

9 Informes jurídicos da Asibama NACIONAL

O advogado da Asibama Nacional, Diego Vega, apresentou o Relatório Jurídico atualizado, anexo a este relatório.

15/05/2014 (QUINTA-FEIRA)

10 Apresentação do relatório do conselho fiscal da Asibama Nacional

O Conselho Fiscal da Asibama Nacional, por intermédio dos representantes do órgão, Lindalva

Cavalcanti e Francisco Messias Lopes, apresentou à plenária o Relatório Fiscal da Gestão atualizado

A plenária fez alguns questionamentos sobre o relatório. Alguns estados não repassaram as informações sobre os passivos. Além disso, repasse de 10% previsto pelo estatuto é prejudicada pela falta de receita em alguns estados.

Na sequência, o relatório foi aprovado por unanimidade.

11 Mesa sobre organização e mobilização dos servidores da área ambiental

O diretor da Condsef Rogério Antonio Espedito fez uma intervenção sobre a situação atual dos processos de negociação.

Ele esclarece que na década de 80, os servidores tinham atuação diversificada e sem direito a greve, se organizando a partir de associações. A partir daí, iniciaram negociações e conquistaram o direito de greve. As demandas eram grandes. Iniciava-se um a negociação no órgão, e encaminhado à presidência da república. Tabelas diversificadas de salário foram expostas e o controle dos gastos públicos pelos salários era pouco monitorado. Até aquele momento, os tetos consideravam ensino fundamental, médio e superior. A partir da década de 90, salários mais satisfatórios foram conquistados. Entretanto, a partir das perdas salariais subsequentes, decidiu-se fazer paralisações e greves. Departamentos jurídicos foram então criados em substituição aos departamentos de organização das mobilizações.

Rogério relata, também, que a saída do Estado da administração em decorrência das privatizações e demissões dos servidores. Durante o governo Itamar Franco, uma nova administração sob autarquia, passa a ser realizada. O governo FHC cria os conceitos de carreira típica de Estado. Dentro disso, novas carreiras, dentro dos órgãos, são criadas com novo nome, atrelada apenas às gratificações, com uma concepção mais neoliberal para o Estado. No primeiro mandato de Lula, nova mesa de discussão e formada e cria novas carreiras. Entretanto, o conceito de carreira não muda em relação ao governo anterior, mantendo a política de gratificação de desempenho. Foram criadas 177 tabelas salariais, que atualmente foram reduzidas.

No início do governo Lula, muitas reivindicações foram colocadas e uma nova visão de administração e criada, com concessões, como por exemplo, divisão do Ibama, repasse das atividades para estado e municípios do Ibama que ficam mais com a administração. Advocacia Geral da União e criada. Foi reduzido o número de servidores e várias atividades foram repassadas para estados, municípios e ONGs, transferindo as atividades de execução e ficando apenas com atividades de administração. Concurso para a categoria de auxiliar foi extinta.

Entre 2008 e 2011, a equipe do Dnit entrou em greve e, após ser aprovado que a greve era inconstitucional, os grevistas ficaram sem receber salário. Outros exemplos ocorreram fazendo com que o direito a greve fosse conquistado, porém nenhuma garantia para que os dias paralisados não fossem descontados. Como resultado, há um desmonte dos órgãos e uma estrutura governamental que desestimula o fortalecimento das entidades sindicais.

Rogério ressalta que temos até o dia 5 de junho para reivindicar junto ao congresso nacional as perdas inflacionárias e questiona como poderíamos buscar mobilizações.

Após a explanação do diretor da Condsef, a Mesa abriu espaço para a plenária discutir e fazer análises de conjuntura.

Alguns pontos levantados pela plenária que merecem destaques:

Houve alguns questionamentos sobre o direito a greve. As penalizações aplicadas aos grevistas – como os descontos dos dias parados – foram gradativamente desmobilizando os movimentos paredistas.

Há o reconhecimento do amadurecimento da luta sindical, mas questiona-se qual seria a postura da CUT e Condsef neste momento.

Há uma clara orientação política que demonstra que o estado mínimo não é exclusivo do governo FHC, mas que foi mantido durante o governo do PT. Vide a diferenciação feita pelas MPs 440/2008 e 441/2008, as quais reajustaram as tabelas remuneratórias dos servidores e pela gradativa extinção das carreiras de nível intermediário e auxiliar.

Rogério retoma a palavra para dar atenção a alguns questionamentos e considerações:

De acordo com Rogério, a Sindsef-DF foi fundada em 87 com o objetivo de unir os servidores para enfrentar o governo de forma mais fortificada. Foram pensadas em apenas 5 carreiras transversais, podendo transitar entre os órgãos, não mais permitidas hoje. Os antigos servidores permanecem com a aposentadoria antiga. Os novos servidores podem receber salários mais altos, pois a aposentadoria está limitada ao teto da previdência.

Afirma também que, antes de uma mobilização, deve ocorrer um debate com a sociedade, discutindo o papel do órgão e suas políticas. Dessa forma, permite-se a obtenção do apoio da população para que se alcance os objetivos de ambas as partes, alcançando melhorias das políticas públicas e também de nossas carreiras. Assim, reclamar não é suficiente, se não nos agregamos à sociedade e apontarmos alternativas. A reivindicação junto ao atual governo é dificultada pela falta de apoio da oposição atual, ao contrário do que acontecia antes do governo PT.

Sobre a questão do PT, CUT e Condsef, relata que foi mantida a posição de greve, lembrando que ideias muito radicais são pouco efetivas junto ao governo. O debate sobre o estado mínimo deve ser feito.

Considera a avaliação de desempenho como manobra de fiscalização e relembra a Eco-92 como um espaço importante para se apresentar problemas e apontar soluções.

Rogério explica que, a partir de 97, com a regularização da greve, foi iniciado um debate de controle e iniciada a ideia de mexer no bolso do servidor, com o corte do ponto. Com estratégia de ponto eletrônico, as chances de “pagar” as horas e reduzida.

A palavra foi novamente passada à plenária:

Alguns pontos levantados pela plenária que merecem destaques:

É preciso sair do isolamento, com luta unificada. O movimento sindical precisa rever tópicos e estratégias. Foi defendido o modelo estatal para melhorar a qualidade dos serviços. Falta transparência nos órgãos, sendo as metas e definições dependentes de interesses atrelados ao governo do momento, o que isola os servidores ainda mais

É possível perceber que hoje em dia há falta de interesse do servidor de ficar e lutar pelas melhorias no órgão.

Alguns acreditam que falta politização por parte dos servidores, e que o debate para discussões sobre a mobilização não foi favorecido e que atualmente os movimentos de lutas estão mortos.

Há uma passividade das organizações locais, na dependência do que ocorre na sede. Há uma perspectiva de que os GTs ambientais agreguem os servidores.

Deve haver o combate às ideias contrárias e as boas práticas públicas, independentemente do partido que trouxe a ideia e discute o termo de falta justificada.

Rogério retoma a palavra para dar atenção a alguns questionamentos e considerações:

Rogério reforça a importância da discussão junto à sociedade para se obter parceiros, além da necessidade de maior intercâmbio entre as unidades, sendo as manifestações mais eficazes o que as greves. Explica que a criação da AGU prejudica os sindicatos e trabalhadores e que a GEAP tem sido instrumento de vazão financeira de partidos políticos.

Segundo ele, A Funpresp teria sido instituída pela pressão externa de capitalização de recursos no. Assim, precisamos apresentar as nossas propostas com os projetos que estamos realizando. Em relação à falta injustificada citada, é possível que se elabore um projeto para “limpar” a folha de ponto.

12 ARRECADAÇÃO

Feita a análise de conjuntura sobre a atuação sindical, a plenária iniciou uma discussão sobre a centralização de parte da arrecadação por parte da Asibama Nacional, devida as constantes dificuldades vividas por parte das entidades locais de procederem com o recolhimento das contribuições.

Há quem defenda que deveria existir uma forma de associação direta do servidor à Asibama Nacional. O estatuto diz que vários assuntos possam ser discutidos, levantando dados das associações.

Para solucionar o problema de arrecadação, a Asibama -DF se disponibilizou centralizar e fazer os repasses, mesmo que a condição ideal fosse a centralização realizada pela nacional e lembra que existe o

receio de que a possibilidade de uma associação direta gere comodismo para a formação de uma entidade própria em cada estado.

Para alguns, a Asibama Nacional congrega as atividades locais, com atividades políticas das estaduais. Assim, a entidade poderia operacionalizar a parte financeira mas, não receber a arrecadação diretamente.

Foi levantada a situação de que os associados que mudam de residência após a aposentadoria continuam filiados à unidade referente ao local de trabalho, e transferi-los seria uma forma de redistribuir a arrecadação.

A opção de débito em conta para aumentar a arrecadação também foi ventilada, lembrando que o procedimento requer o pagamento de taxa administrativa.

Alguns servidores manifestaram ser contrários a arrecadação direta.

Foi destacado que o direito de se associar é livre e que não faz sentido a transferência dos aposentados após mudança de endereço ocorridos, quando já não eram mais ativos.

Realizou-se, então, votação sobre a viabilização da arrecadação pela Asibama Nacional (Proposta Assembléia): vitória com 3 votos contra e 3 abstenções. Foi então votado a autorização da associação direta. Resultado: Vitória com 2 votos contra e 2 abstenções.

13 ALTERAÇÃO DA SIGLA "ASIBAMA NACIONAL".

Alguns servidores demonstraram preocupação com o conteúdo do Congresso, que estava sendo consumido pela discussão da alteração da sigla da entidade, como a remoção em regiões de difícil acesso; a garantia da remoção extra-ofício a cada 3 anos, com auxílio de custo garantindo uma melhor ocupação em unidades que apresentam problema para a contratação de servidores; conjuntura ambiental (gestão), possibilitando discussão mais profunda com outros representantes da sociedade para dialogar e discutir temas complexos; a questão do GQ; entre outros assuntos.

A diretoria da entidade informou que o conteúdo do Congresso ficou realmente prejudicado, uma vez que houve a necessidade de se antecipar o evento por conta da Copa e das eleições.

Votou-se a mudança da sigla: aprovada a mudança com cinco votos contra e 2 abstenções.

Alertaram para problema quanto a grafia das siglas e possível semelhança com associações pré-existentes. O nome Asibama não representa a todos. Deve representar a luta da categoria e um nome que diz o que representa o segmento.

Servidores apontaram a necessidade de se pensar se há necessidade de a sigla ser correlata ao nome ou se o nome deve ser alterado. Cada base escreveu de uma forma diferente, mudando ou nome e sigla ou apenas sigla. BA, Piauí, Goiás, Piauí não fizeram discussão na sigla.

Votação pela possibilidade de mudança do nome, correlata a sigla: 18 a favor, 19 contra, 3 abstenções. Aprovada a mudança da sigla, com a manutenção do nome atual.

Proposta discutida em intervalo: Exclusão dos nomes por não representatividade. Em seguida, cada um votou em três nomes diferentes no primeiro turno.

AEMA: 1/3

UNAMA: 1/12

ASFEMA: 0

ASSECEMA: 0

ASSEMA Nacional: 4/24

ASSEFEMA: 0

ANSA: 0

ANSCEMA: 1 voto/4

ASCEMA Nacional: 3 votos/22

FENAMBIENTE: 0

FENEMA: 0

UNEMA: 0

UMA: 1 voto/6

ANIMA: 2 votos/3

UNAMBIENTE: 5 votos/14
NACIONAL: 1 voto/1
LUTA AMBIENTAL: 1 voto/6
ASEFMA: 1 voto/1

Votação pela decisão entre marca ou significado da sigla: 17 votos para marca e 24 para significado. 2 abstenções.

Votação entre ASSEMA x ASCEMA: 15 para ASSEMA e 23 para ASCEMA. 4 abstenções.

Outros encaminhamentos:

Foi feita a leitura das Resoluções do gás de Xisto pedindo esclarecimento ao Presidente do Ibama.

No ano anterior houve muitas demandas, como o código de mineração, gás de xisto, entre outros. Foram formados, então, Gts que deveriam promover debates sobre os temas para melhorar a discussão e propor ações. Infelizmente, os GTs formados, mas não foram efetivos. Um servidor se manifestou assertando que GT sem plano de ação dificulta a efetividade. Assim, deveriam ser estipuladas metas como prazo para entrega de relatório com os resultados. Deveríamos, também, aproveitar as pessoas novas, as quais chegam ansiosas para discutir várias demandas, e nem sempre há tempo para tais discussões (reformulação da carreira, por ex.). As discussões deveriam ser levadas aos servidores de cada estado, não ficando restritas ao GT.

Como já relatado, houve demanda suficiente para a formação dos GTs no congresso anterior. Contudo, para alguns participantes, o formato dos grupos foi inadequado. Era preciso haver campanhas que promovessem ampla discussão fora dos GTs, para a consolidação futura de posicionamentos.

Por outro lado, alguns defendem que os GTs serviriam como assessoramento à Diretoria-Executiva da entidade nacional, uma vez que sua estrutura não capacidade de dar andamento aos temas. O ideal era as pessoas envolvidas no GT elaborarem propostas e assessoraria à diretoria sobre os tópicos. Com relação à reestruturação de carreira, a discussão não poderia ficar restrita ao GT. Perguntas básicas devem ser elaboradas pelo GT das carreiras e repassadas para unidades locais descentralizados para que possam opinar sobre a carreira.

Representante do Acre propõe nova consulta às assembleias estaduais sobre os assuntos abordados nos GTs, com renovação da composição dos GTs.

Foi defendida a existência dos GTs, com melhor coordenação, até pela Diretoria da Asibama. Assim, poderiam ser centralizados os assuntos e reenviados às bases para validação e sugestões.

A diretoria expôs as dificuldades da Asibama tocar a organização dos GTs. O compromisso da Asibama Nacional era dar publicidade aos GTs propostos. A discussão da reestruturação da carreira não é prioridade, frente outras questões mais urgentes, como a manutenção de condições básicas para o trabalho (Ex: limpeza das dependências do prédio). Grupos de servidores devem elaborar tópicos para enviar para a base. Foi colocada, também, a fragilidade de se encaminhar assuntos sem ampla discussão com as bases, pois pode haver diferentes entendimentos sobre os temas. Defende-se o acúmulo continuado de discussão nas bases, em consonância com a continuidade dos Gts. Também foi reforçada a importância de contar com servidores experientes em determinados temas e a atualização dos temas na medida de que novos fatos se apresentem.

Proposta: O GT de carreira deve apresentar uma proposta de minuta de reivindicação até novembro de 2014 para a campanha salarial de 2015. Proposta global considerando os termos do Governo, o parcelamento dos reajustes, os temas negligenciados. Até setembro a proposta deve ser apresentada às bases. Diretoria Executiva deverá definir diretor para conduzir este GT.

Proposta: a reunião dos grupos pra facilitar a validação pela base.

Foi levantado que os servidores não se sentem parte do projeto. Assim, deveriam ser criados mecanismos para não centralizar as decisões apenas em Brasília. É necessário que os GTs discutam as propostas consolidadas a partir das contribuições enviadas pelas bases.

Cargo de Analista Ambiental com atribuições de Analista Administrativo – a Asibama Nacional deveria entrar com um procedimento judicial para questionar o claro desvio de função. Unidades do ICMBio terão várias perdas de funcionários. Assim, deve ser feito um documento endereçado à ministra cobrando posicionamento sobre o corte de recursos para o funcionamento mínimo dos órgãos. Os servidores estão

organizados enviando esse documento para o presidente do ICMBio, com cópia para a ministra e à Asibama, sendo que o último deverá encaminhar para a ministra e então aguardar uma resposta para fazer denúncia ao ministério público.

Foi sugerido que as entidades locais tenham um sistema de mesa redonda (conjuntura ambiental/questões específicas dos órgãos) para discutir questões de conjuntura ambiental com todos os servidores, não apenas os delegados, em cada base, com o objetivo de elaborar um documento para os candidatos a governadores e presidentes.

Foi defendido que todo o documento que sair da ASCEMA Nacional deve ter aprovação da base. Uma proposta é que um documento com pauta única, que permita o aprofundamento de cada tema, esteja disponível no site do Asibama nacional. Os servidores devem ter autonomia para responder individualmente questões ambientais. Outra proposta é enviar um número limitado de perguntas aos candidatos, que discutiriam os temas nas bases.

Foi levantada a necessidade da discussão de questões macroambientais a serem encaminhadas aos presidenciáveis.

Foi feita a leitura da carta do Centro de Mamíferos Aquáticos do ICMBio, que relata que encaminhamento deve ser feito pela Asibama para a Diretoria de Biodiversidade solicitando esclarecimento e transparência nas ações em relação aos centros especializados. Foi relatado que ocorre perseguição de forma a restringir a atuação desses centros nos processos de licenciamento ambiental, perdendo contribuição qualificada. Tal restrição se replica também à participação das unidades de conservação. Assim, reforça-se o encaminhamento de pedido de esclarecimento. Também informam que documentos elaborados pelas unidades de conservação e centros especializados não chegavam ao Ibama, apesar de estarem em Brasília, com engavetamento de pareceres na Coimp/Dibio.

Foi defendido que seja provocada uma reunião com a presidência do ICMBio para cobrar posicionamento em relação ao pacote de medidas que fragilizam o órgão e inviabilizam o desenvolvimento de suas atividades finalísticas. Foi ressaltado que a centralização das decisões afastam os servidores das discussões sobre as questões e problemas ambientais (lei da mordça). Marina salienta questão não é exclusiva do ICMBio, havendo também a liberdade de expressão aos servidores do IBAMA, propondo uma moção de repúdio contra a restrição.

Representante de Belém propõe melhoria de comunicação dos servidores e Asibama Nacional, e formação de banco de dados que congregue os documentos sobre luta ambiental, protegendo os servidores e sendo mais efetivo na resolução das questões.

Ações políticas, como moção endereçada ao presidente do ICMBio/Ibama/MMA requisitando as informações que estão sendo limitadas aos servidores, devem ser mais utilizadas, além das interpelações judiciais.

Representante AM destacaram restrição dos recursos humanos nas unidades de larga extensão. Propuseram que seja solicitado um mapeamento dos DAS pela Asibama Nacional, já que muitos deveriam estar no Amazonas.

Resolução feita pela Aibama Nacional deve ser encaminhada ao presidente do ICMBio sobre a falta de participação nos processos de licenciamento. Carlão se compromete com elaboração de documento para o encaminhamento, refletindo as questões do licenciamento. Foi salientado que novos servidores podem ser pressionados, por estar em período probatório.

Há falta de recurso para os CETAS do Ibama, implicando em maus tratos para os animais e risco de saúde para os servidores. É necessária uma articulação de todos os CETAS do Brasil para o encaminhamento de documento para a Asibama Nacional que subsidie a entidade encaminhar expedientes às autoridades competentes.

Representante do AM denuncia que Ibama descumpre legislação relacionada à soltura e manejo de animais silvestres.

16/05/2014 (SEXTA-FEIRA)

Manhã:

15 Foi ressaltada a necessidade de resolução para garantir a posse da nova diretoria. Pois a alteração do estatuto de 2013 não teve como ser observada. Assim, a diretora não pode ser prorrogada. O estatuto pode ser alterado por resolução, desde que a plenária concorde. Assim, a diretoria já estaria sendo inserida e a nova diretoria poderia ser introduzida de forma conjunta trazendo as informações para os novos ingressantes. A data para a posse pode ser estendida por 30 dias. Data prevista: 29 de agosto ou 5 de setembro. Motivo: altos preços na época da Copa.

Foi feita a leitura do registro da única chapa apresentada.

A mesa reconhece a resolução de extensão de mandato atual.

16 Encaminhamento:

Não houve manifestação contra a resolução. Existe apenas divergência quanto as datas.

Votação: por contraste, a resolução foi aprovada.

Mesa consulta se há oposição à data de 5 de setembro para a posse da nova diretoria. Votação: Aprovada a data de posse da nova diretoria.

Foi feita a leitura do texto final da resolução, após a votação. Foi levantada a importância do recolhimento das assinaturas, e que a resolução deve ser registrada em cartório com a lista de presença em anexo.

Comparecimento do Presidente da chapa à mesa. O candidato discursou sobre a importância da candidatura de presidência da chapa e se compromete, no caso de vitória da chapa, comprometimento ainda maior com a carreira.

Contagem dos delegados eleitos: 38 presentes e 1 ausente por motivo médico.

Registra-se mais uma vez que houve apenas um registro de chapa e um registro para conselho fiscal. Contagem dos delegados que aprovam a eleição da chapa e do conselho fiscal: aprovado por unanimidade (38 presentes), sem abstenções.

Representante Acre: Lembrança da importância de ata de eleição e outra para a resolução. A

Votação do Conselho fiscal: aprovado por unanimidade, sem abstenções.

O processo eleitoral é então encerrado pela mesa.

Foi destacado que muitos pontos e muitas demandas não foram discutidas. Assim, novo encontro deve ser realizado. Mesa é elogiada pela agilidade.

Foi pontuado que o processo de sistematização das propostas, bem como os problemas de envio por partes das bases de suas propostas, prejudicou a discussão e um maior aprofundamento pelos congressistas. Foi sugerido um encontro para fechar uma proposta específica para a carreira ao final do ano.

17 Local dos Congressos: na opinião de alguns, engessar o local do congresso prejudica o seu andamento. Rodízio para observar novas realidades podem ser feitas, com opiniões dos delegados, propiciando novos encontros e trocas de experiências. A diretoria defendeu a realização dos Congressos na Acadebio. Primeiro porque isto já vem de discussões de Congressos anteriores, e segundo pela redução de custo. Eram realizados rodízios, mas, pelos gastos, foram fixados na ACADEBio. Trazer palestrantes possibilita a troca de informações. Talvez um congresso de 4 dias devesse ser feito para haver mais tempo e uma melhor distribuição de tarefas, debates e análises de conjuntura.

18 Foi registrado que a condução do trabalho ficou aquém daquilo que poderia ser. Que faltou espaço maior para a análise de conjuntura, momento rico para análise política e holística considerando o país como um todo, e como se reflete na carreira e nas instituições. A manutenção da realização dos congressos é importante mas, ter cuidado com a escolha da mesa a fim de otimizar as atividades. Reforçaram a ideia da Ver com 4 dias de trabalho para cumprir todos os tópicos necessários. Assim, algo muito generalista prejudica a execução das demandas. Uma melhor preparação deve ser feita, também. As experiências atuais e anteriores devem ter palestras de pessoas externas, mas também de colegas convidados a fim de expor experiências da vida funcional.

Congressistas sentiram falta de uma apresentação da FUNPRESP, uma vez que os novos servidores serão impactados pelo novo fundo.

A criação das regionais tem importante papel para aproximar a Asibama regional da Nacional já que a instituição está bastante fragmentada. Foi solicitado que o próximo congresso fosse realizado no Amapá.

O congresso tem se esvaziando ao longo do tempo. Deve-se ser lembrado que a maior responsabilidade é dos estados, possibilitando a participação de um maior número de delegados. O Facebook deve ser utilizado para a divulgação das lutas, mas algumas unidades não o utilizam. A divulgação da página é importante para instigar discussões.

Foi reforçada pela diretoria a necessidade de organização do congresso, sendo que a expectativa era de concretizar mais demandas, inclusive do congresso anterior. Congresso anual demanda tempo. Todo o segundo semestre de cada ano, a diretoria prepara o congresso. Gasto para o congresso é alto. Assim, a periodicidade de 3 anos vai reduzir os custos. Foi ponderada a necessidade de palestras acadêmicas que não agregam conteúdo às discussões do congresso. Daí, a proposta é trazer palestrantes que possam incitar discussão, e após o debate, a construção de documento com posicionamento político. As unidades estaduais devem organizar suas propostas, enviadas com tempo hábil para a Nacional para que estas possam ser sistematizadas para evitar repetições e otimizar o tempo de discussão.

A importância da mudança do nome foi novamente elogiada por congressistas. Uma vez que servidores reclamam não se sentir representados pelas decisões da Asibama Nacional. Questões da base devem ser incorporadas pela Asibama Nacional aumentando a aceitação e participação nas entidades locais.

Colega MMA DF: a aprovação do desconto em folha dos associados do MMA, coloca a diretoria da ASSEMMA do DF para agilizar o procedimento.

Lamentaram a falta de informação sobre a assinatura da Ata Eleitoral por delegados natos, fato que não invalida o documento. Foi sugerida a consulta aos associados sobre a pauta dos congressos. Também sugeriram a replicação de cartilhas de sites sindicais com informações de interesse dos servidores e a melhoria do processo de comunicação da ASCEMA.

Foi ressaltada a evolução da diretoria atual da Asibama Nacional, em especial as decisões colegiadas e solicitaram para que a nova diretoria da Asibama Nacional continue neste caminho. Uso do suprimimento de fundos pode ser utilizado, mediante normas específicas, de modo a diminuir o peso orçamentário da diretoria.

RR agradeceu à Asibama Nacional pelo custeio de sua vinda ao Congresso, e sugeriu uma melhor organização, com o estabelecimento de uma mesa condutora dos trabalhos. O estado se ofereceu para colaborar com a organização do trabalho da mesa numa próxima ocasião.

SP relatou que um dos maiores problemas deste congresso foi a organização. Sugere que seja dado um peso maior aos encontros regionais, com apoio da Asibama Nacional. Ressalta que o trabalho dos diretores para uma associação deve ser prazeroso.

Cetas AM Sugere maior aprofundamento do debate técnico e político, e temas de interesse dos funcionários. Importância dos debates prévios a fim de sistematizar as propostas. Registros do congresso por meio de filmagem e som a fim de viabilizar a comunicação entre os associados e delegados.

RO: O congresso reflete à base: falta de pessoal comprometido e organização. Iniciar debates técnicos entre as bases e a nacional e não apenas apresentação da opinião de especialistas. Uma pauta clara deve ser feita, uma mesa organizada otimiza o tempo para a condução do trabalho. Desafio da comunicação: faltou se apropriar de ferramentas atuais e faltou a chamada do servidor para as pessoas opinarem. A pressão que a carreira está sofrendo por parte do governo exige comprometimento e união entre os servidores.

Espírito Santo: a pauta foi feita na unidade e os encaminhamentos não foram expostos e discutidos. Propõe que a cada mês ou de forma bimensal por videoconferência e mais respeito entre os colegas no sentido de atentar ao tempo da palavra.

O Congresso Nacional precisa sair do isolamento, dialogando e retomando parcerias que querem saber a opinião dos servidores sobre as políticas de meio ambiente, com os resultados efetivos. Precisa-se manter temas para se iniciar as conversas nas entidades de base, encaminhando os problemas, para se ter conhecimento e se dar o procedimento. É urgente a necessidade de se implementar as deliberações nas entidades locais, cobrando dos dirigentes um posicionamento das diferentes situações. O código mineral é uma tragédia, assim como o silêncio dos servidores. Esse debate deve ser iniciado e bastante necessário.

Manifesto do SOS Mata Atlântica pedindo proteção e fortalecimento das áreas protegidas: foi

solicitado que a Asibama Nacional assinasse o manifesto.

O documento trazido pela Juliana sobre a mineração deverá ser encaminhada para o debate, que deve ser feito de forma urgente. Deve ser divulgado os pareceres sobre as questões ambientais como o aquecimento global. Devemos apoiar outras questões ambientais, como a PEC 215.

Alguns diretores alegam que estiveram sobrecarregados por falta de comprometimento de outros. A comunicação da diretoria tem que avançar, mas já apresentou melhorias em relação as anteriores. A homepage da Asibama Nacional, por exemplo, foi remodelada em tem sido devidamente alimentada.

O presidente eleito destacou que o nome da chapa de “União” veio pelo fato das regionais a partir de um consenso e foram estabelecidos de forma legítima. O seu compromisso à frente da Direção vem do comprometimento com a própria carreira, onde se vê futuramente atuando, o que amplia o compromisso com o cargo assumido. Independentemente da vida particular, seu compromisso com a associação e os servidores vem antes dos compromissos partidários. Apesar de não se ver totalmente preparado para assumir o mais alto cargo da entidade, está seguro e se prepara para um maior comprometimento e dedicação, e percebe possibilidade de grandes aprendizados com a oportunidade. Sugeriu um planejamento da diretoria. Agradeceu a votação e se compromete com que ao final, a avaliação é de ter valido a pena.

Ana Maria relembra lutas, se desculpa por não preencher totalmente as expectativas e se coloca à disposição, independentemente de estar ou não à frente da diretoria.